
CÓDIGO DE POSTURAS, REGULAMENTAÇÕES SOCIAIS E RUPTURAS: FACES INDESEJÁVEIS E INQUIETANTES DE UMA CIDADE NOVA

CODE OF ATTITUDES, SOCIAL REGULATIONS AND RUPTURES: UNDESIRABLE AND DISTURBING ASPECTS OF A NEW CITY

Wander de Lara Proença*
Elisabete Fabiana da Paz Santos**
Nícolas de Souza Pires***

RESUMO

O artigo analisa a presença de grupos sociais indesejáveis e inquietantes em cidades novas, como os casos de população em situação de rua. Delimita-se como espaço de análise a cidade de Londrina, destacando percursos de sua formação histórica idealizada por um padrão populacional voltado ao trabalho, à ordem e aos valores familiares. Projetada para ter o padrão de uma “cidade-jardim”, Londrina, acompanhando a escalonária produção cafeeira, bem cedo viu suas ruas sendo ocupadas por práticas de curandeirismo, venda de remédios milagrosos, benzimentos, oferta de serviços de magia para solução de problemas amorosos, familiares ou no trabalho, predição do futuro por videntes e ciganos, dentre outros. Diante de um descontrole social, decorrente do crescimento populacional, um Código de Posturas, também conhecido

22

Palavras-chave: cidades novas; código de posturas; margem; regulamentação social.

ABSTRACT

The article analyzes the presence of undesirable and disturbing social groups in new cities, such as the homeless population. The city of Londrina is defined as a space for analysis, highlighting paths of its historical formation idealized by a population pattern focused on work, order and family values. Designed to have the standard of a “garden city”, Londrina, following the staggering coffee production, soon saw its streets being occupied by healing practices, the sale of miracle medicines, blessings, and the offering of magical services to solve love problems, family or work, prediction of the future by psychics and gypsies, among others. Faced with a

* Doutor em História. Docente do Departamento de História Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Teológica Sul Americana. E-mail de contato: wander@ftsa.edu.br

** Graduada e mestre em Teologia. Aluna especial do programa de doutorado em Serviço Social da UEL. E-mail de contato: elisabete.fabiana@hotmail.com

*** Graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina. Aluno da Especialização de História das Religiões e Religiosidades da UEL. E-mail de contato: nicolas.souza.pires@uel.br



lack of social control, resulting from population growth, a Code of Postures, also known as municipal postures, drawn up between the years 1940 and 1950, was responsible for legislation that aimed to establish discipline and standards aimed at regulating conduct, coexistence and the performance of individual and collective activities in that urban space. The fear of a population not included in the wealth of green gold led to the adoption of moralistic and hygienist strategies to contain the spread of crime, poverty and the climate of insecurity that existed during the period.

Keywords: new cities; code of postures; margin; social regulation.

INTRODUÇÃO

Cidades novas podem ser conceitualmente definidas nos seguintes termos:

São cidades que podem ser caracterizadas como contemporâneas. A cidade contemporânea é um espaço social distinto pela eliminação das antigas formas de sociabilidade e por uma morfologia sempre transformada. São locais que se definem pela fluidez da paisagem, pela fugacidade das relações e pela transitividade das fronteiras espaço-temporais por onde caminham seus habitantes (Carlos, 2001, p.12).

Em geral, cidades novas “são tipos de cidades que modificam a sua paisagem de forma frenética” (Zanirato, 2009, p.12), o que significa dizer que “seu presente se inventa, hora a hora, no ato de deitar fora suas realizações prévias e desafiar o futuro” (Certeau, 1994, p.21). Enquadram-se nessa classificação núcleos urbanos com até um século de existência ou que tenham sido criados ao longo do século XX. As políticas governamentais de interiorização do país, na primeira metade do século passado,¹ impulsionaram o surgimento de diversas cidades com esse perfil. Nesse contexto, as regiões Norte e Noroeste do Paraná, por exemplo, a partir de um empreendimento público-privado, possibilitaram o desenvolvimento de cidades como Londrina. O presente artigo recorta ou delimita o contexto desta cidade para análise do tema proposto, entendendo que alguns dos parâmetros considerados se aplicam também nos estudos de outros contextos similares.

Londrina nasceu a partir de um projeto de parceria público-privada, entre o empreendimento inglês e o Estado brasileiro, capitaneado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A Companhia inglesa fez propaganda em larga escala, garantindo a posse das

¹ A ocupação de fronteiras e criação de cidades foram impulsionadas pela política expansionista na Era Vargas (1930-1945). Apregoava-se a valorização da “brasilidade”, unidade e integração do sertão ao restante do território já assegurado. Ver CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Unesp, 2008, p.147.



terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, assim como o mapeamento da área e do solo em algumas zonas a serem exploradas. A CTNP também fez a divisão das terras em lotes pequenos, o que barateava os custos, aumentava as modalidades de pagamento e favorecia os pequenos agricultores. Este sistema estimulou a concentração da produção no café, a explosão demográfica e a expansão de núcleos urbanos.

Elaborou-se como proposta de formação de Londrina, o modelo de cidades planejadas, com detalhes minuciosos, com espaços funcionais e determinantes:

Este ordenamento objetivava a reprodução do capital inglês e acabou por manter, sob seu controle, todo crescimento e forma da cidade, bem como os mecanismos necessários para a manutenção da ordem proposta”; um sonho inglês de ordem e decência, com planejamento que “[...] supunha um número determinado de habitantes, que era a medida de seu projeto, a medida de seus interesses. (Adum, 1991, p.14).

De acordo com Benatti (1996), as cidades planejadas neste padrão não poderiam exceder ao número máximo de vinte cinco mil ou 30 mil habitantes, sendo um modelo contrário das grandes metrópoles, com excesso de habitantes e com todos os conflitos sociais do progresso.

Mas ao longo de todo o processo de sua formação histórica, as ruas londrinenses vêm sendo ocupadas por grupos sociais indesejáveis, desprovidos de moradia, com carências sociais expressas no “aumento da mendicância pelas ruas da cidade” (Leme, 2009, p.32), situação geradora de demandas por atenção assistencial do poder público e de entidades filantrópicas.

24

1 MARGENS SOCIAIS INDESEJÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA CIDADE NOVA

Fruto de um projeto de parceria do Estado brasileiro com uma companhia colonizadora britânica – tendo como subsidiária a Companhia de Terras Norte do Paraná - Londrina foi planejada para ser a “Terra da promessa”, a Nova Canaã, lugar de gente ordeira, voltada ao trabalho, estruturada no modelo de família nuclear, uma cidade cristã, com o cariz da ética protestante estudada por Weber (2004). Idealizou-se a construção de uma “cidade-jardim”. Tal conceito foi originalmente elaborado pelo inglês Ebenezer Howard (1850-1928), um urbanista que projetou, a partir do século XIX, um modelo de cidades mais saudáveis, diante do debate que havia sobre os prejuízos causados à vida urbana pelo acelerado processo de industrialização nas cidades inglesas. Pesquisadores apontam a hipótese “de que os projetos da região do Norte



Novo do Paraná e de suas principais cidades, Londrina e Maringá, apresentem influência do modelo das cidades-jardins, tal como idealizado por Howard”:²

Acredita-se que, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná implantou seu programa de ocupação do território norte-paranaense, utilizou-se dos ensinamentos de Howard para elaborá-lo, transformando a região num exemplo único de urbanização no Brasil (Suzuki, 2021, p.25).

Situada atualmente entre as quatro maiores cidades do sul do país, Londrina se projetou como modelo de um espaço urbano planejado e funcional:

Este ordenamento objetivava a reprodução do capital inglês e acabou por manter, sob seu controle, todo crescimento e forma da cidade, bem como os mecanismos necessários para a manutenção da ordem proposta; um sonho inglês de ordem e decência, com planejamento que [...] supunha um número determinado de habitantes, que era a medida de seu projeto, a medida de seus interesses (Adum, 1991, p.14).

Para obter êxito de seu empreendimento, a companhia britânica fez propagandas em larga escala no Brasil e exterior, por meio de panfletos com imagens e textos chamativos, além de anúncios em jornais e criação de escritórios de vendas em grandes centros, como a cidade de São Paulo. Com base na fertilidade da terra do norte do Paraná, projetaram-se representações do Eldorado, da Terra da Promissão, onde a riqueza seria facilmente obtida a partir do trabalho, especialmente no cultivo do café, o ouro verde. As produções memorialistas e jornalistas ajudaram a projetar a região, apresentando como elemento central um “discurso de felicidade”:

Na perspectiva dessas obras, o norte do Paraná é a Terra da Promissão, o Eldorado, a nova Canaã, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para todos aqueles que quisessem trabalhar e prosperar (Adum, 2008, p.4).

Além do que, essas abordagens, “não raro, trazem no bojo a ideia de uma ocupação e construção pacíficas do território, onde o capital e seus agentes foram, naturalmente, preenchendo os espaços, como se estes estivessem ansiando e esperando por aqueles” (Arias Neto, 2008, p.5).

² Conforme os seguintes trabalhos: SZMRECSANYI, Maria Irene. O modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná. *Revista USP / Pos FAUUSP*, n.8, 2000, p.177-197; BARNABÉ, Marcos Fagundes. *A organização do território e o projeto de cidade: O caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1989.



Assim, notícias sobre a qualidade das terras da região se espalharam. O resultado foi a grande procura pela compra de lotes por gente dos mais diferentes lugares do Brasil, especialmente paulistas, mineiros e nordestinos, e por pessoas de diversas nacionalidades, provenientes da Alemanha, Itália, Japão e de tantos outros lugares. Cerca de 32 etnias se estabeleceram na região ao longo das duas primeiras décadas. O “ouro verde”, fertilizado pela terra roxa, fez com que em pouco mais de duas décadas Londrina ostentasse o título representativo de “capital mundial do café. O aeroporto da cidade, inaugurado em 1952, passou a ser o terceiro mais movimentado do país, pela circulação econômica que o café gerava, atraindo compradores, comerciantes e aqueles que buscavam os encantos da intensa vida noturna, com bares, restaurantes e boemia. Naquele período, a cidade se constituía cada vez mais em um símbolo da modernidade em pleno sertão paranaense, apresentando um cenário de transformação urbana, dotando-se de uma fisionomia alinhada aos padrões do que se entendia como progresso (Arias Neto, 2008). A “Avenida Higienópolis” – dentre as mais conhecidas – ainda permanece como um marco simbólico desse passado, da “cidade higienizada”, ocupada por quem ostentava o sucesso alcançado:

26

Gradativamente, nos anos 40 e 50, nesta via urbana, as casas de alvenaria e as mansões surgiram, definindo o principal espaço de moradias de fazendeiros. Os moradores que residiram na avenida Higienópolis eram de maioria burguesa [...], por Londrina ser, na época, a capital mundial do café. As casas de alvenaria e mansões construídas entre as décadas de 30 e 60 pertenciam a engenheiros, médicos, comerciantes e a alguns barões do café (Silva, 2010, p.1,2).

Com o alto número de pessoas chegando e transitando, o crescimento da economia local foi marcante principalmente nos bares, restaurantes, pensões e hotéis (Benatti, 1997). Isso promoveu uma grande circulação econômica na cidade e região.

Por outro lado, entretanto, o cenário atrativo fez com que ocorresse um crescimento escalonário da cidade. Houve, com isso, o descontrole do planejamento inicialmente idealizado. O município atingiria nos anos de 1950 cerca de 70 mil habitantes, dos quais, quase a metade vivia no espaço urbano.³ Cidadãos que chegavam em busca de algo melhor, sentiam-se em um lugar de oportunidades e ambiguidades. Percebiam que as oportunidades não eram iguais para todos. Além disso, o conflito entre as classes se tornava cada vez mais acirrado:

³ Na década de 1950 - período em que registrou uma população de 71.412 habitantes - 52,07 % viviam na zona rural e 47,93% na zona urbana (IBGE, 1950).



A mistura dos corpos e dos fluxos urbanos, a confusão de pessoas ‘forasteiras’ que não paravam de chegar em levas e mais levas de migrantes, a mutação acelerada dos signos da urbe, a perda das referências e o obscurecimento da demarcação de espaços e territórios, tudo contribuía para a falência dos princípios de diferenciação e funcionalidade que se buscava imprimir aos espaços da cidade antes mesmo de sua fundação (Benatti, 1997, p.156).

Uma história memorialista, entretanto, enaltecida dos triunfos gerados pela riqueza do café, com ideias de progresso e pioneirismo, não deve omitir os problemas sociais correlatos, como ser observado a seguir, visto que “outros odores invadiram o jardim” (Leme, 2009, p.31).

Uma realidade de carência e desigualdades, bem cedo mostrou outra face da cidade-jardim, que não conseguiu oferecer riquezas a todos que vieram em busca do “ouro verde” cafeeiro. Migrantes que chegavam e não encontravam a riqueza almejada, tinham de se fixar em residências sem infraestrutura adequada, locais sem energia elétrica, esgoto e pavimentação (Alves, 2002). Sobre isso, Leme destaca: “A chegada diária e sempre crescente de levas de migrantes não veio acompanhada da abertura proporcional do número dos postos de trabalho. O aumento da miséria e da marginalidade acabou sendo uma consequência” (Leme, 2009, p.31,32).

Também no âmbito religioso, passaram a circular pelas ruas práticas de religiosidades e crenças heterodoxas, transgressoras do dogma cristão, expressas na oferta de serviços por videntes, curandeiros, benzedoras, cartomantes, dentre outros. Edson Leme - ao analisar como a cidade se constituiu, nos anos de 1940 e 50, na segunda maior do país em número de “casas de tolerância”, ou seja, bordéis ou zonas de prostituição - usa a expressão “ervas daninhas invadem a cidade-jardim”, para descrever o modo como se viu a chegada de grupos sociais “indesejáveis”, não previstos no ideário urbanístico planejado para Londrina:

Como “ervas daninhas”, malandros, cáftens, prostitutas, desocupados, jogadores etc. invadiram a aquela que fora idealizada para ser um jardim urbano, espaço ordenado e higiênico, onde o trabalho “honesto” deveria reinar (Leme, 2009, p.34).

Sobre isso, também uma reportagem jornalística, em 1952, publicava:

Atraídos pelo progresso fenomenal de Londrina, vieram à nossa cidade povos de todos os recantos do país e até do universo. Gente boa, honesta e trabalhadora aportou por estas paragens. Acompanhando as levas de imigrantes internos, chegaram a Londrina centenas de maus elementos. Gatunos, vigaristas, charlatães, vagabundos e outros tantos desclassificados da sociedade [...] (Folha de Londrina, 1952, p.2).



Londrina, era caracterizada por ser uma cidade em movimento. Era construída uma cidade em cima de outra, a velha cidade de madeira e barro cedia espaço para o asfalto, os carros e prédios que se erguiam. Assim, o município foi se projetando de um modo que os espaços e a vida social estaria sendo moldada para os grupos sociais economicamente mais bem situados. De acordo com Benatti (1997), essa elite tinha medo da população, exatamente por conta do aspecto de multidão que a cidade apresentava. O medo das massas fez com que se adotassem estratégias moralistas e higienistas para conter o avanço da criminalidade, pobreza e clima de insegurança que havia no período.

Desse modo, as classes populares causavam preocupação na elite da cidade. Segundo Rolim (1999, p.56): “Com isso ia crescendo a percepção de que a cidade, espaço social da diversidade, era portadora de ‘ameaças’ e ‘perigos’ definidos como desestabilizadores e intoleráveis”. Logo, o objetivo da elite era lutar contra algo que poderia causar desordem e confusão na Londrina moderna, que se projetava como uma cidade progressista e ordeira. A cidade não comportou a demanda de grupos e pessoas que vieram para o município. Não cresceu somente a cidade, mas também a sua margem, as periferias se expandiram, reforçando as desigualdades e conflitos sociais.

Outros personagens, assim, “já bem cedo, fizeram sua estreia, desnudando o outro lado da ‘civilização’”. A prostituição local colocaria em xeque o “ideário de uma cidade higiênica, ordeira e disciplinada”. A violência cotidiana, visibilizada na luta do dia-a-dia dos grupos marginalizados, aparecia retratada nas páginas policiais dos jornais (Adum, 2008, p.21). O meretrício cresceu acompanhando o sucesso do café. Visto como um negócio lucrativo, houve um crescimento descomedido de casas de prostituição, que cada vez mais se aproximavam das residências de famílias. Com base em regramento moral ou religioso, territórios urbanos foram assim demarcados, em “lícitos” e “indevidos”. A classe dirigente tentou resguardar o centro da cidade para os “cidadãos de bem”, almejando impedir a presença dos populares nestes espaços. Como primeiras medidas adotadas para se higienizar a cidade, houve a remoção forçosa desses grupos.

Na rua Rio Grande do Sul, área central, os grupos que estavam ali presentes eram: prostitutas; jogadores; malandros, dentre outros (Leme, 2005). Essa zona do meretrício foi transferida daquela área central para a Vila Matos, que ficava abaixo da linha férrea que cortava a cidade, havendo concentração naquele local, a partir daí, das casas de boemia e prostituição (Marinósio Filho, 2013). A região central deveria ficar como local reservada à



elite social. A Vila Matos, portanto, foi uma localidade criada para centralizar tais grupos e impedir que pudessem invadir o espaço reservado à elite londrinense. A estratégia adotada era controlar e vigiar essa população para não “contaminar” a cidade, assim, a polícia era o poder repressivo que fazia parte do cotidiano dessas pessoas, com intuito de monitorar e manter os grupos centralizados naquele bairro (Rolim, 1999).

Um Código de Posturas, também conhecido como posturas municipais, elaborado entre os anos de 1940 e 1950, encarregou-se da legislação que visava estabelecer a disciplina e as normas de conduta para o convívio e o desempenho de atividades individuais e coletivas naquele espaço urbano (Holtz, 2009). Assim, não era aceitável pessoas da Vila Matos, principalmente as prostitutas, perambulando nas ruas do centro. Era considerado um ataque a cidade de bem e dos bons costumes. E, sempre que necessário, o jornalismo denunciava a partir da moral social da época a presença de “indesejáveis” e a polícia, por sua vez, intervinha, no propósito de deixar as ruas centrais de acesso restrito aos desocupados, que deveriam ficar concentrados nas regiões afastadas, como a Vila Matos, lugar onde a polícia frequentava diariamente para vigiar e ali conter essa população (Benatti, 1997).

Ampliaram-se também as ações de controle em diversos setores: nas esferas da saúde – com campanhas de prevenção, controle de epidemias e doenças venéreas; da religião – com discursos fundados em princípios morais cristãos; da imprensa - disseminadora de padrões de conduta, comportamentos sexuais e sociais para as mulheres, polarizando as “moças de família” e as “moças mal faladas”; de segurança pública – pelas medidas repressivas por parte da polícia (Leme, 2009).

Embora houvesse o plano de contenção na Vila Matos, ocorria um trânsito importante no fluxo de pessoas que indicam ambiguidades nessa vida social londrinense (Benatti, 1997). Era comum as pessoas do “centro” se dirigirem à vida boêmia, principalmente os jornalistas que transitavam entre os dois mundos, da elite e marginália (Pires, 2022).

O tempo, entretanto, encarregou-se de instaurar rupturas nos territórios demarcados, promovendo amálgamas e circularidades que não respeitam as clivagens sociais ou morais: na década de 1970, as imediações do espaço que abarcava os bordéis mais luxuosos foram transformadas em cortiços ocupados pelos “deserdados do café” (Leme, 2009). E ainda:

Nos anos de 1940 e 50, mais uma vez, com a intenção de progresso, a elite londrinense pela disputa de poder e política, expurgou os marginalizados da Vila Matos, para



longe do centro da cidade, sendo distribuídos pelas periferias do município. Como prática de limpeza social e desenvolvimento, na década de 80 construiu-se por cima um edifício de estrutura moderna, complexa, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. E em 1988, sobre os escombros dos marginalizados, o terminal rodoviário de Londrina foi erguido. Por coincidência da modernidade, a construção brilhante e moderna se tornou porta de entrada para os desvalidos que procuram o sonho da “Nova Canaã” (Benatti, 1997, p.25).

A prostituição, também se moderniza de acordo com os tempos. As casas se renovam e novas mulheres chegam na cidade (Benatti, 1997). As margens também se alteram e ganham novos contornos. São aspectos dos tempos modernos de Londrina nem sempre são exibidos na historiografia tradicional.

2 MARGENS SOCIAIS INQUIETANTES NO ESPAÇO URBANO RECENTE

Atualmente, com quase seiscentos mil habitantes, Londrina possui uma população em situação de rua em números bastante expressivos, observados sobretudo nas duas últimas décadas: “Uma cidade que caminha a passos largos para ser referência em moradias verticais e que atravessa o boom da construção civil, se destaca também pelo número de pessoas em situação de rua e de famílias que sobrevivem de renda zero (Folha de Londrina, 2021).

30

A ocupação das ruas por uma crescente população sem moradia e sem teto, tem cada vez mais feito parte da paisagem urbana de Londrina. Esse espaço tem sido cada vez mais o endereço de moradia e sobrevivência de indivíduos ou famílias, desprovidos de habitação, sem emprego e com vínculos familiares de origem por vezes interrompidos. O decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, descreve essa composição social nos seguintes termos:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Em 2018, a “Pesquisa Pop Rua”, realizada em conjunto pelo Ministério Público de Londrina, em parceria com a Defensoria Pública e Universidade Estadual de Londrina, revelou que a população em situação de rua em Londrina aumentou 314% desde o último levantamento feito em 2008. O relatório final identificou cerca de mil pessoas vivendo nessa condição, contra



296 da pesquisa anterior (FOLHA DE LONDRINA, 2019, online). Um dos coordenadores da pesquisa, analisa: “Londrina é uma cidade de grande potencial econômico e tecnológico, mas que, em contraponto, o progresso anda de mãos dadas com a extrema pobreza” (Agência UEL, 2019).

Dados de 2021, segundo a secretária municipal de assistência social, responsável pelo trabalho de atendimento ao público que vive nas ruas,⁴ “na muita rotatividade de pessoas que passam por Londrina, o número de pessoas em situação de rua permanece o mesmo”, quando comparados com os indicativos de 2018 (Folha de Londrina, 2021), ou seja, cerca de mil pessoas.

Sobre os fatores que geram essa demanda social, existem diversas origens. Uma delas, o deslocamento intencional dessa população de outros lugares para Londrina. Segundo o poder público londrinense, são por volta de 33 municípios que encaminham seus moradores em situação de rua e de outros estados: “Muitas cidades do Paraná dão a passagem para virem a Londrina ou a própria prefeitura traz em vans e os deixam na rodoviária. Isto é muito errado e atrapalha o trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social, que não dá conta de todas essas pessoas” (Folha de Londrina, 2012).

31

Líderes vinculados a projetos sociais voltados à população em situação de rua, quando indagados sobre os fatores ou motivos que levam as pessoas a viver nas ruas, respondem a partir da experiência acumulada:

a maioria sofreu alguma desilusão amorosa, e achou nas ruas a válvula de escape para seus problemas. Por inúmeras situações que os levaram a procurarem ajuda no álcool, nas drogas e a família não suportando, os coloca para fora de casa, sendo este o último vínculo que quebra, o familiar, quando a família desiste deles (M.B., 2021).

Comentam que já encontraram na rua advogados, professores universitários, empresários, pessoas instruídas, mas que não suportaram problemas pessoais e decidiram viver nas ruas. A questão econômica nem sempre é o fator principal para essa condição nas ruas:

Já encontramos na rua um casal de professores universitários de nossa cidade. Que têm filhos, hoje já são maiores de idade, que estavam limpos há mais de 20 anos, e um certo dia resolveram se drogar novamente, e não suportando a situação deles, foram para as ruas. Neste caso a família os procuram, oferece ajuda para retornarem ao lar, mas até onde se sabe, continuam nas ruas de Londrina (M.B., 2021).

⁴ A prefeitura municipal, atualmente, mantém o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que oferece 20 refeições e 30 banhos por dia. Atualmente, há acomodação para 100 pessoas possam ser atendidas com alojamento para pernoite. Neste ambiente há uma estrutura de assistência formada por profissionais do Serviço social, Psicologia e Terapia Ocupacional.



Sobre a origem dos que estão nas ruas, o líder observa que “é uma dificuldade que vem de outros municípios, pois há relatos de transportes fretados por prefeituras vizinhas que vem e depositam essas vidas aqui, porque aqui tem esse acolhimento” (D.T.F., 2021). Aponta também outro aspecto:

O fator familiar é o principal fator para que esses indivíduos vão para as ruas. É minoria as pessoas que não têm família ou condições de ter uma moradia, mas são os dependentes químicos, alcoólatras a grande maioria, e a família não suportando o vício os coloca na rua. Famílias geraram filhos excluídos e invisíveis que estão em nossas ruas hoje” (D.T.F., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugares de memória continuam selecionando personagens para compor a história local, ao mesmo tempo que omitem nos capítulos desse passado, personagens que, mesmo invisibilizados, também construíram a cidade nova. No caso do Museu Histórico de Londrina, por exemplo, só recentemente o acervo representacional da memória de indígenas passou a compor a exposição permanente; mas afrodescendentes, trabalhadores rurais posseiros e inúmeros outros personagens que marcam a história da região, ainda permanecem quase que no anonimato.

Mas também há sinais de visibilidade de outros grupos, como no caso do Memorial do Pioneiro.⁵ O monumento trouxe um novo olhar, mais crítico, com relação à história da cidade. Um dos totens presta homenagem aos primeiros habitantes da região, os povos indígenas. Apresenta também fragmentos de narrativas do povo kaingang, único grupo remanescente nos dias atuais:

A inserção desses personagens, por décadas ocultados pela narrativa tradicional, colocou na berlinda o então consensual mito do vazio demográfico, reiteradamente sedimentado por meio de publicações comemorativas. Mito este que sustentava a narrativa tradicional, a qual tinha na chegada da primeira caravana da CTNP o marco zero da cronologia dita oficial da história londrinense. (Leme, 2013, p.114,115)

O Memorial repercute ou reflete as perspectivas conceituais das novas abordagens historiográficas:

⁵ Inaugurado em 2007, com 17 totens enfileirados verticalmente em uma travessa na área central da cidade, onde está situada a praça Primeiro de Maio, alusiva ao trabalho. No primeiro e último há uma placa de apresentação do Memorial. Nos demais 15 totens, apresentam-se placas contendo as homenagens aos diversos personagens.



Apesar de o Memorial recolocar o “mito de origem”, tão comum nas representações acerca da cidade de Londrina, pode-se perceber, através da sua construção, significativas mudanças no conceito, ocasionadas por revisões da memória e da história, tanto no âmbito local e regional, quanto no nacional e internacional. [...] As revisões aconteceram no sentido de uma inversão que coloca no centro das análises as “memórias subterrâneas” (Adum, 2009, p.14).

Quanto ao âmbito mais específico da academia, destacam-se ainda as influências desta historiografia revisionista por meio das novas produções acadêmicas ou universitárias.

É também importante observar que segmentos e instituições religiosas realizam, em Londrina, trabalhos sociais voltados ao atendimento desses grupos em situação de rua, ou em condição social de vulnerabilidade. O olhar que um dia excluiu, hoje inclui. E que o poder público, também, empreende esforços contínuos para alcançar com serviço social tais segmentos populacionais.

Visto que cada vez mais pessoas fazem das ruas seu local de moradia de forma permanente ou temporária, essa realidade não deve ser naturalizada e essa população não pode ser invisibilizada. A rua, neste contexto, é lugar de desproteção, e, numa sociedade desenvolvida, o direito ao trabalho, à habitação e acesso aos direitos básicos, deve ser garantido, para o pleno exercício da cidadania.

33

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia Maria S. Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930-1960)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

ADUM, Sonia Maria S. Lopes. Historiografia norte paranaense: alguns apontamentos. In: ALEGRO, Regina Célia et al. (Orgs.). *Temas e questões para o ensino de história do Paraná*. Londrina: Eduel, 2008. p. 2-20.

AGÊNCIA UEL notícias. Pesquisa conjunta traça perfil dos moradores de rua de Londrina. 30 de abril de 2019. Disponível em: https://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=28373 Acesso em: 20 abr. 2024.

ALVES, Jolinda de Moraes. *História da assistência social aos pobres em Londrina: 1940-1980*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2002.
ARIAS NETO, J. Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008.



BARNABÉ, Marcos Fagundes. *A organização do território e o projeto de cidade: O caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1989.

BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

BRASIL. *Decreto n. 7053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d7053.html. Acesso em: 13 abr. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Unesp, 2008.

CARLOS, Ana F. A. *Espaço e tempo na metrópole*. São Paulo, Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel. *Andando na Cidade*. Cidade Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.º 23, 1994.

DEPOIMENTO de D.T.B., 2021. Gravação em áudio. [arquivo pessoal].

DEPOIMENTO de M.B. Gravação em áudio. [arquivo pessoal].

34

FOLHA DE LONDRINA. *A invisível vida nas ruas de Londrina. Homens e mulheres com histórias singulares usam as ruas e espaços públicos da cidade como moradia e lutam para sobreviver*. 03 mar. 2021.

FOLHA DE LONDRINA. ago. 1952.

FOLHA DE LONDRINA. 03 de março de 2021. Disponível em:

<https://www.folhadelondrina.com.br/transmidia/a-invisivel-vida-nas-ruas-de-londrina-3229245e.html>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FOLHA DE LONDRINA. *Moradores em situação de rua são trazidos para Londrina por outras prefeituras*. 2021. Disponível em:

<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/moradores-em-situacao-de-rua-sao-trazidos-para-londrina-por-outras-prefeituras-3061305e.html>. Acesso em: 01 fev. 2021.

IBGE. 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=767&view=detalhes> Acesso em: 25 jan. 2024.

LEME, Edson Holtz. *Noites ilícitas. Histórias e memórias da prostituição*. Londrina: Eduel, 2009.

SILVA, Sara H. *Avenida Higienópolis: um retrato da burguesia londrinense nas décadas de 30, 40, 50 e 60*. *Anais do XIX EAIC* – 28 a 30 de outubro de 2010, Unicentro, Guarapuava – PR.



SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações como o modelo de cidade-jardim. *Terra e Cultura*, UniFil, ano XVIII, n.35, p.25, 2021.
SZMRECSANYI, Maria Irene. O modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná. *Revista USP / Pos FAUUSP*, n.8, 2000, p.177-197.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZANIRATO, Silvia Helena. *O patrimônio cultural em cidades novas*. Leituras da política patrimonial paranaense. II encontro cidades novas - a construção de políticas patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Londrina-PR. 13 a 16 de outubro de 2009. Disponível em: https://web.unifil.br/docs/semana_educacao/1/completos/06.pdf Acesso em: 11 jan. 2024.

